

## As criadas de Júlia

Sonia Roncador

**Abstract.** Sonia Roncador studies the figure of the maid in the work of Júlia Lopes de Almeida, one of the most influential woman writers of the Brazilian belle époque. In both her fiction and essay writing, Almeida addresses the renegotiation of the old master/slave dynamic, transposed along the lines of housewife/domestic servant relations following the abolition of slavery. Through the discussion of two of Almeida's works in particular, the "how-to manual" *Livro das noivas* and the novel *A intrusa*, this study underlines Almeida's problematic view of the maid, seen, on the one hand, as an enemy to the consolidation of the national bourgeois project of modernization, hygienization and civilization, and, on the other, as a worthy recipient of education and domestication as part of an idealized domestic sphere.

No ano provável de 1906, num desconhecido lugar denominado Areal, a não menos desconhecida senhora D. Amanda Augusta Fernandes, "esposa do cidadão Júlio Augusto Fernandes," decidira abreviar a vida de modo brutal, e pouco elegante, com "uma garrucha de dois canos." O motivo desse suicídio quem nos revela é a escritora Júlia Lopes de Almeida (1863-1934), em uma crônica intitulada "Por quê?" reproduzindo *ipsis litteris* a nota de despedida da "inditosa senhora": "Morro porque não posso suportar [os meus] empregados..." (63). Ora, num período histórico como aquele, marcado por profundas transformações sociais, as quais se refletiriam diretamente na vida

familiar e doméstica, a notícia de um suicídio causado pela presença “insuportável” dos empregados domésticos era no mínimo assustadora para inúmeras famílias burguesas no Brasil. De fato, como afirma a historiadora Sandra Lauderdale Graham, com o fim da escravidão (1888), rompe-se nos lares brasileiros o pacto “proteção-obediência” que caracterizara a relação entre amos e escravos (91). E se por um lado é certo dizer que os amos, convertidos em patrões, estabeleceram novos pactos e mecanismos de controle sobre seus empregados (referências de antigos patrões, registros de saúde, etc.), por outro lado seria impróprio afirmar que tais mecanismos serviram para garantir as aspirações burguesas de obediência servil, fidelidade e dedicação absolutas por parte dos empregados domésticos.

No Brasil da Velha República, proclamada em 1889, é comum o medo dos patrões que se vêem ameaçados pelo contágio de doenças (a febre amarela, o cólera, a sífilis, a varíola, a febre tifóide) trazidas da rua, ou melhor, dos cortiços onde passara a habitar parte da sua criadagem; é também comum o medo da violência e desonestidade, as quais, para as elites brasileiras, eram mero reflexo da condição social e racial da maioria de seus serventes. A escritora Júlia Lopes de Almeida não hesita em reforçar esse medo ou histéria burguesa e, sendo assim, iguala a patroa brasileira a uma verdadeira “santa” ou “martyr” (64) por ter que “viver em baixo das mesmas telhas com uma inimiga [a empregada] que faz tudo o que pode para atormentar as nossas horas” (64); segundo Almeida, a empregada doméstica é, no Brasil republicano, uma “praga,” cuja “estupidez, ignorância, preguiça ou má vontade” podem de fato levar “muita gente boa,” como a acima citada senhora suicida, a ter “muitas vezes o desejo de fugir d’esta vida para outra, onde não seja preciso comer feijão queimado, *roast-beef* absolutamente crú, e onde o furto e a incuria não tenham o mesmo impudor nem os mesmos assomos” (65).

Não apenas nessa também desconhecida crônica, mas em outros textos importantes de Júlia Lopes de Almeida, o tema dos empregados domésticos aparece como crucial. Dada a inexistência de estudos críticos sobre o tratamento da autora a esse tema central em sua obra, proponho-me neste breve ensaio a analisar alguns aspectos desse tratamento. Autora de uma vasta obra que compreende onze romances, oito antologias de contos e crônicas, quatro peças teatrais, além de inúmeras traduções, colaborações em jornais e outros escritos não-ficcionais como manuais domésticos, narrativas de viagem e ensaios, Almeida figura, talvez ao lado de Carmem Dolores, como a

escritora mais influente da chamada *Belle Époque* brasileira (1889-1914). Segundo Jeffrey Needell, o nome de Júlia Lopes de Almeida chegou mesmo a ser considerado para ocupar uma vaga na prestigiosa Academia Brasileira de Letras, mas dadas as restrições na época quanto à entrada na Academia de uma escritora-mulher, a mesma vaga foi ocupada por seu marido, o poeta português Filinto de Almeida. Não obstante o prestígio e fama (nacional e internacional) de Júlia Lopes de Almeida, sua obra foi injustamente esquecida após sua morte em 1934, sendo relativamente recente a recuperação, ou reedição, de alguns de seus livros.<sup>1</sup> Como ainda argumenta Needell, “o período entre [a escola realista e o Modernismo] tem geralmente sofrido uma negligência depreciadora” (183-4, tradução minha). Seguidores incondicionais dos Modernistas, para quem a literatura do período em questão (genericamente denominada “pre-modernista”) era “afetada,” ou meramente decorativa, superficial, apolítica e de fácil leitura, críticos e leitores relegaram a obra de escritores como Júlia Lopes de Almeida, Olavo Bilac, Coelho Neto, João do Rio, entre outros, a um segundo escalão literário. Apesar de reconhecer no “estilo” de Almeida “inegáveis dons literários,” a crítica Lúcia Miguel Pereira, por exemplo, não a polpou do rótulo “sorriso da sociedade” com o qual se referiu à literatura daqueles anos.<sup>2</sup>

Dentre os temas atualmente discutidos sobre a sua obra, parece-me relevante o reconhecimento crítico de sua contribuição ao projeto modernizador da nação, levado a cabo por políticos e intelectuais republicanos. Para vários escritores, tal projeto consistia em cultivar através do texto literário novos hábitos e valores em uma sociedade até então marcada pelo arcaísmo da monarquia e a brutalidade da escravidão, pela ignorância ou educação insuficiente (sobretudo para as mulheres), pela indolência ou “letargia tropical.”<sup>3</sup> Ao contrário da posição defendida por Heloísa Buarque de Hollanda, para quem as escritoras oitocentistas se sentiram excluídas do projeto, ou “pacto simbólico,” de redefinição dos valores nacionais, críticas como Peggy Sharpe ou Sylvia Paixão argumentam que a reflexão de várias escritoras do século XIX em torno dos desafios impostos à mulher pela “nova” sociedade republicana revela a inclusão das mesmas nesse projeto. Segundo Sharpe, Júlia Lopes de Almeida “retrata as contradições enfrentadas pelas mulheres educadas sob os códigos da sensibilidade romântica que representavam uma ameaça ao sucesso da nova sociedade civil, devido ao seu despreparo para a seriedade da missão de esposas e mães dos futuros cidadãos dessa nova arena política” (20).

Em suma, como argumentam vários de seus críticos, Almeida se dedicou ao longo de sua carreira literária a redimensionar o valor das funções domésticas femininas, sobretudo a função maternal, ressaltando a importância da mãe, enquanto educadora (moralizadora, civilizadora) dos futuros homens e mulheres de bem da nação. No entanto, sem negar a relevância na obra de Júlia Lopes de Almeida do tema da educação maternal, gostaria, no entanto, de aludir a uma outra função pedagógica da mulher também amplamente discutida em sua obra, função esta que nos levará ao tópico central deste ensaio. Refiro-me ao papel da mulher enquanto educadora de seus empregados domésticos. Como se pode observar, tanto em seus romances e contos, quanto em seus textos não-ficcionais, como, por exemplo, seu manual para jovens donas-de-casa, *Livro das noivas*, o modelo doméstico que se queria instituir na Velha República, ou o projeto de modernização da casa, exigia da dona-de-casa educar, ou melhor dito, “domesticar” os seus empregados. Inspirado em parte na concepção burguesa anglo-saxônica de *home*, ou na noção francesa de *ménage*, que se fizeram conhecidas no Brasil oitocentista através de narrativas de viagem e manuais domésticos importados, o projeto de modernização, ou civilização, do espaço doméstico implicaria não somente sua moralização, como também sua higienização. Ora, sendo a maioria das tarefas domésticas exercidas no Brasil republicano por uma mão-de-obra livre afro-descendente ou europeia, a moralização/higienização do lar dependia diretamente do treinamento, ou domesticação, desses empregados. Daí que os manuais para donas de casa, bastante populares na segunda metade do século XIX, incluíam normalmente um capítulo dedicado ao tema “criados”—ou seja, conselhos para o treinamento, e vigilância/controle dos mesmos.<sup>4</sup> Em outras palavras, para que se consolidasse o projeto de modernização da casa, os empregados precisavam ser “domesticados”: nesse caso, precisavam assimilar os valores burgueses da higiene, afetividade, honestidade, economia, o gosto pelo trabalho, pela ordem e método.

Dada a relevância desse tema para a escritora Júlia Lopes de Almeida, proponho então uma análise da representação dos empregados domésticos em sua obra. Como já disse, trata-se de obra vastíssima, que se inicia nos últimos anos da monarquia e se estende até os anos 30 do século XX. Limito-me aqui, porém, a falar do já referido manual doméstico *Livro das noivas* (1896), e do romance, *A intrusa*, publicado inicialmente em capítulos no então popular *Jornal do Comércio* (RJ) em 1905 e três anos depois em livro. Trata-se da estória

de uma governanta, Alice Galba, contratada por um advogado viúvo, o dr. Argemiro Cláudio de Menezes, para administrar sua casa e “criados,” além de cuidar da educação de sua filha única, Maria da Glória, até então sob os cuidados exclusivos da sogra de Argemiro—“a baronesa.” A transformação que a casa do viúvo Argemiro sofre sob a nova administração de Alice (uma transformação, eu diria, inspirada no projeto de modernização do espaço doméstico acima mencionado) vai produzir maravilhas na vida do advogado (que, como ele várias vezes declara, passa a preferir o conforto e elegância do lar ao tédio das ruas) como também na de sua filha (que assimila através da educação de Alice o gosto pelo serviço doméstico, bem como os sentimentos “femininos” da bondade e caridade). Porém nem todos estão felizes com a presença de Alice: a baronesa, que vê em Alice a possibilidade de o genro casar-se pela segunda vez (daí o nome de “intrusa” com que passa a se referir a Alice), e Feliciano, uma espécie de copeiro e administrador da casa, antes da vinda de Alice, e que agora não aceita ser tratado como mero criado, ou, como ele mesmo desabafa, “um inferior” (15).

Para que se efetive o projeto de Alice de remodelar (no sentido de modernizar) a casa de Argemiro é necessário educar (e vigiar) a sua criadagem, sobretudo Feliciano, que por haver sido criado pela baronesa à moda de alguns antigos escravos domésticos (ou como espécie de “primo pobre,” nas palavras de Gilberto Freyre), perdera o que seria para a autora a maior qualidade dos serventes: a humildade. Ao contrário, o romance nos revela um Feliciano invejoso, que tenta ser um duplo do patrão roubando-lhe os charutos, as roupas, invejando sua condição social e racial. Em suma, na figura de Feliciano podemos observar vários dos atributos negativos a que as elites da Velha República associavam os seus criados: a incompetência, como na crônica acima citada “Por quê?,” mas também a indolência, o desleixo, a falta de humildade, a sujeira, o desperdício e a criminalidade. (Para completar o quadro de injúrias ou queixas, faltaria, talvez, mencionar a lascívia, ou libidinagem, explorada em outros romances de Júlia Lopes de Almeida, sobretudo na representação das domésticas mulatas.)

Tanto o seu manual para jovens donas-de-casa como o romance *A intrusa* pertencem a sua obra produzida e publicada durante os anos da chamada *Belle Époque* (1889-1914), época em que as elites nacionais (rural e urbana) gozam de relativa estabilidade política e econômica, depois dos primeiros anos críticos da Velha República, e realizam suas “fantasias de civilização” (Needell 44) a partir de reformas urbanas, adoção de tecnologia e costumes europeus e concomitante repressão de uma cultura local popular. Interesse

central na obra de Almeida nesses anos, a reconstrução da vida e espaço domésticos, assim como das funções femininas nesse espaço, deve, a meu ver, ser vista como parte inerente das fantasias burguesas de civilização.

É precisamente nesses anos que se nota em sua obra uma ênfase, ou um interesse especial pelo tema dos empregados domésticos. Por quê? Em primeiro lugar, como já sugeri acima, pelo fato de que os empregados eram vistos como uma classe inimiga à consolidação do projeto burguês de modernização, ou civilização da vida e espaço domésticos. No Brasil, a visão estereotipada do empregado doméstico é em parte determinada pelas transformações nas relações entre amos e escravos domésticos geradas pelo término da escravidão. Embora anteriormente a esse término já convivessem nos lares brasileiros escravos e empregados livres, e não obstante a tênue diferença entre as condições de trabalho de ambos, a historiadora Graham ressalta as mudanças nos contratos, nas formas de tratamento, assim como as alterações de responsabilidade, controle e autoridade decorrentes da passagem do serviço escravo ao assalariado. Emergem nesse contexto várias críticas (em forma de crônicas jornalísticas, manuais, obras de ficção) sobre a incompetência dos domésticos, assim como a indolência, o desleixo, a falta de humildade, a sujeira e o desperdício “próprios” dessa categoria. Nos anos da Velha República, a presença de um empregado doméstico na casa era geralmente sentida como uma ameaça à integridade não somente moral como física da família. Ao princípio considerado signo de conforto e prosperidade, o empregado passa também a ser visto como sinônimo de contaminação. A escritora Júlia Lopes de Almeida não parece discordar dessa visão, pois apóia a campanha higienista contra as lavadeiras e amas de leite residentes nos cortiços—na época considerados, como já disse, focos principais de difusão das epidemias que durante o século XIX assolaram a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, com o crescimento demográfico das principais cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Salvador), sobretudo o aumento da população de baixa renda nessas cidades, os patrões passam a ignorar a procedência de seus empregados—o que aumenta o risco de violência e contaminação. É portanto nesses anos de transformações sociais que se forja na sociedade burguesa brasileira a imagem (até certo ponto atual) do empregado doméstico.

A meu ver, o empregado doméstico aparece na obra de Júlia Lopes de Almeida como um signo problemático, que se nota sobretudo pelo tratamento ambíguo, ou mesmo contraditório, dado por ela a esse tema.

Como escritora republicana (e anteriormente abolicionista), Almeida condena os maus tratos aos empregados, ou a imposição do trabalho sob ameaça de castigos físicos, e propõe, ao contrário, os sentimentos de justiça, de respeito, e, como já disse, a necessidade de treinamento dos serventes, transmitindo-lhes os valores burgueses da higiene, do trabalho, economia, asseio, etc. A presença na casa de uma classe social diferente, normalmente revestida de sentidos não humanos, bestializados, era considerada inimiga ao projeto de modernização, ou uma ameaça à casa higiênica que se queria instituir na Velha República: daí a necessidade de transmitir-lhe os valores burgueses dos patrões. Para a escritora, de fato, a educação dos empregados constituía uma das principais funções dentre as várias atribuições domésticas femininas que se deveria transmitir à “nova” mulher brasileira. Função esta, aliás, bastante delicada. No manual doméstico *Livro das noivas*, por exemplo, ela critica certos vícios ou “maus hábitos” de relacionamento entre patroas e empregados—vícios que, segundo a autora, comprometiam a autoridade da patroa no momento de “moldar” o empregado doméstico segundo novos códigos de servilidade, de lealdade, e de eficiência. Para Almeida, a autoridade paternalista dos antigos amos, ora “severos” ora “bonachões” com seus escravos, era um vício a ser corrigido: “Cahimos nos extremos, impomos-lhes [aos “criados”] severamente, ou pedimos-lhes como um favor o cumprimento dos seus serviços; e ahi está muitas vezes o motivo de ou sermos pouco respeitadas, prevalecendo-se elles da nossa condescendencia bonachona, ou de sermos abandonadas por antipathicas e abusivas!” (119). Por outro lado, como ilustram alguns de seus personagens, a transmissão de um novo código cultural aos serventes poderia suprimir-lhes o sentimento da humildade—segundo Almeida, essencial para essa profissão. Abundam em sua literatura serventes que, movidos pela inveja e ambição, se tornam criminosos e viciados.

Não somente em *A intrusa*, mas em outras publicações, Júlia Lopes de Almeida retrata a posição problemática ocupada pelos empregados domésticos: até hoje considerados na sociedade brasileira uma espécie de “mal necessário.” Ainda no *Livro das noivas*, ou como ela prefere denominar seu “livro de ménage” (denunciando a influência européia, e particularmente francesa, na reconstrução do lar brasileiro), a autora se queixa permanentemente das “nossas” empregadas “boçais,” “sujas,” “preguiçosas.” Sendo assim, como já disse, ela não titubeia em atacar a campanha higienista contra as amas de leite, tão populares nos tempos da escravidão, “porque o

leite de uma outra mulher pode infiltrar no nosso filhinho sentimentos de que mais tarde tenhamos de corar!” (188), e a campanha contra o serviço das lavadeiras que trabalhavam ou residiam em cortiços (ou seja, a maioria), pois “ali [no cortiço] com o mesmo sabão e na mesma água as lavadeiras misturam a roupa de toda a gente, sem distinção, estendendo-a depois de secar sobre pedras ou sobre zinco, em um ar viciado e doentio...” (21).

Mas se a dona de casa burguesa poderia ela mesma executar parte desses serviços, evitando assim o risco do contágio (refiro-me à lavagem de parte das roupas e à amamentação dos filhos), outros serviços, porém, eram considerados próprios de um empregado doméstico (conhecidos, no Português vulgar, como “serviços de negros”): por exemplo o trabalho da cozinheira. A essa função Júlia Lopes de Almeida dedica um capítulo inteiro do *Livro das noivas*, onde ela inclui uma orientação detalhada sobre a higiene e controle da cozinha pois esta, como ela escreve,

é o laboratório da casa, onde um chimico desageitado e ignorante, sob um avental, um bonnet e a denominação de cozinheiro, pode, à vontade, na maior boa fé, estragar-nos a alegria, o bom humor, afugentando a nossa adorada saúde à força de adubos apimentados e complicadíssimos, ou, o que é ainda pior, pela falta de aceio. (95)

A autora lamenta a falta no Brasil de uma escola para cozinheiros, pois “com o curso de escola, o cozinheiro” saberia, entre outras coisas, “substituir por outro o pesadíssimo, o brutal alimento com que se enche e amortece a população brasileira: o feijão, a carne secca, o cosido...” (96), e sendo assim, cabe à dona de casa a árdua tarefa de educá-los (assim como outros empregados domésticos). De fato, como já disse, ao invés de incentivar os maus tratos (tratamento dado aos antigos escravos), seu manual tratará especificamente da educação aos domésticos, pois sem educação, ela escreve, não estranhe “que de um torrão inculto não nasça uma rosa fina, ou que terreno árido não nos dê água como *crystallina* e leve, *distillada* gotta de uma rocha antiga...” (118). Agora, entre “a rosa fina” e o “torrão inculto,” a autora parece não saber com qual ficar, pois a educação pode, se mal administrada, ser igualmente perniciosa aos patrões. Por exemplo, em alusão à educação oferecida às domésticas na França, ela comenta: “à proporção que a instrução se derrama, vae falhando a uns a humilhação natural a esse cargo, enquanto que em outros vão-se levantando ambições mais elevadas e rendosas” (121).

Os tópicos tratados por Almeida nesse manual doméstico vão coincidir com os temas de sua ficção, que revestida de um certo didatismo, quase sempre expressa a concepção ideal do espaço doméstico, bem como as tarefas, ou responsabilidades femininas na realização desse espaço. Dentre essas responsabilidades, o tema da educação/domesticação aos criados é freqüentemente incluído em suas narrativas. Por exemplo, o romance *A viúva Simões*, publicado no ano anterior a esse manual, em 1895, narra a estória de uma exímia dona de casa (“uma ménagère exemplar”), a viúva Ernestina Simões, que leva seu lar à ruína não somente por transgredir sua função maternal ao disputar o mesmo homem com sua filha, mas também por, no delírio de sua paixão, negligenciar os afazeres domésticos:

[Ernestina] passava os dias a pensar nele [o amante, Luciano], nuns idílios de menina de quinze anos. Os criados já não sofriam a mesma fiscalização severa. Os armários ficavam abertos, a chave da dispensa nas mãos da Benedita, para regalo da Simplícia [uma criada], que apreciava os seus copinhos de licor de cacau... (93)

Outro exemplo de “ménagère exemplar” na obra de Júlia Lopes de Almeida é a já mencionada Alice Galba, a governanta do dr. Argemiro em *A intrusa*. Contudo, diferentemente da viúva Ernestina Simões, em momento algum do romance, Alice se deixa dominar por “idílios de menina de 15 anos” (93). Talvez para uma jovem como Alice, descrita por sua erudição, sentimento prático, e nobre caráter, tais “idílios” seriam rebaixados a um sentimentalismo excessivo, ou ingênuo—muito próximo ao que os românticos associavam suas personagens femininas. Alice, ao contrário, encarna os predicados da nova mulher, aquela que por razões de necessidade econômica luta, através de seu próprio trabalho, por uma ascensão social. Entretanto, vítima de um mercado de trabalho ainda fechado para a mulher, o máximo que sua educação pode aspirar é a posição socialmente duvidosa de governanta. Apesar de os membros e amigos da família do dr. Argemiro a tratarem por “dona,” em tom de respeito a sua erudição e nobreza de caráter, titubeiam, contudo, quando indagados sobre o seu “lugar” na casa do advogado: “uma criada” (segundo a filha Maria da Gloria), “uma espécie de amiga da família” (para Argemiro), “uma intrusa” (na opinião da baronesa), e finalmente, nos termos do ressentido servente Feliciano “aquela branca pobre e presunçosa ... com um arzinho de patroa fidalga” (116). O advogado Argemiro reconhece a ambigüidade de sua posição (meio criada, meio patroa),

e para evitar comentários alheios a contrata sob uma única condição: “não nos vermos senão quando isso for absolutamente indispensável, ou melhor, não nos vermos nunca!” (15). Ele de fato nunca a vê, mas “sente-a,” como mais tarde confessa ao amigo Adolfo Caldas: “a sua alma de moça como que enche estas salas vazias de juventude e alegria” (108). O final dessa relação entre patrão e governanta, ao mesmo tempo tão distante e tão íntima, não deve nada aos folhetins da época: apaixonados um pelo outro, terminam por se casar.

Mas antes de se efetivar seu casamento com o patrão, fato que ocorre somente no desfecho do romance, Alice integra, então, o grupo das personagens governantas presentes na obra de Júlia Lopes de Almeida desde o início de sua carreira. Assim como as preceptoras européias igualmente freqüentes em sua obra, Almeida se interessou por esse grupo de mulheres profissionais (algumas simplesmente “agregadas”), geralmente mais jovens que as tutoras estrangeiras, e que por um motivo ou outro foram levadas ao exercício da função/profissão de governantas: a orfandade (Alice), o abandono paterno (Nina do romance *A falência*), e a viuvez (no caso de Elisa da peça teatral *A herança*). Segundo Jurandir Freire da Costa, em *Ordem médica e norma familiar*, no Brasil a governanta serviu desde o início como intermediária entre patrões e empregados/escravos; sua presença na casa serviu, em outras palavras, como estratégia para evitar o contato entre a criadagem e os membros da família (e separar os filhos, sobretudo as filhas, do “mal” convívio com as escravas/criadas). Como ele escreve:

Depois de D. João, a exclusão dos escravos do serviço doméstico tornou-se índice de bom-tom e de costumes civilizados. As famílias de primeira linha, aristocratas portuguesas e burgueses estrangeiros, só admitiam serviçais brancos. Os brasileiros, levados a competir em prestígio e enobrecimento de modos com os europeus, começaram a dispensar seus negros e a contratarem preceptoras e governantas estrangeiras encarregadas de civilizarem seus modos, educarem seus filhos, europeizarem suas casas. (125)

Talvez então pela função pedagógica (e “civilizadora”) das preceptoras e governantas, o fato é que na ficção de Almeida ambas são construídas, como afirma Maria Angélica Guimarães Lopes, “a partir de termos elogiosos, chegando [muitas delas] próximo ao heroísmo” (77). De fato, é como uma heroína que Nina é descrita em meio a sua dedicação diária à educação das crianças e ao governo da casa da família do rico comerciante de café Francisco

Teodoro: “era um vai-vem cansativo, e ela sujeitava-se a tudo, pondo o encanto da sua paciência nos trabalhos mais rudes e pesados. Cumpria a sua missão de mulher, adoçando sofrimentos, serenando tempestades e conservando-se na meia sombra de um papel secundário” (332). Comprometida em transmitir não somente a sua visão idealista das governantas, mas o modo pelo qual as mesmas eram na realidade vistas pela sociedade burguesa brasileira, Almeida não omitiu, no entanto, cenas de humilhação e/ou indiferença dos patrões (ou parentes) a que suas governantas muitas vezes se sujeitam. Para a família Teodoro, “Nina é uma outra criada mais sobrecarregada no serviço”: “nunca pedia nada, nunca se punha em evidência, ninguém se lembrava até quando ela fazia anos!” (69).

Pelo fato de trabalhar como governanta na casa de um viúvo, Alice Galba é talvez dentre as governantas de Almeida aquela que se encontra em posição mais difícil, ou estigmatizada. Como diz um amigo do dr. Argemiro, na esperança de que este desistisse da idéia de contratar uma governanta, “olha que essas madamas trazem anzóis nas saias... Quando menos pensares... estás fisgado... E tu que és bom peixe! É uma raça abominável, a das governantas...” (10). Para Almeida, ao contrário, Alice prova sua coragem, ao se sujeitar a essa difícil profissão, mesmo tendo recebido a melhor educação que se podia aspirar uma mulher no século XIX e embora tivesse gozado de confortos materiais quando ainda eram vivos os seus pais. Segundo a escritora, Alice demonstra pertencer a uma nova geração de brasileiras que, como ela escreve em sua crônica nacionalista “A mulher brasileira” (incluída no *Livro das donas e donzelas*), se “cae de uma posição ornamental em outra humilde, é de rosto descoberto que ella procura trabalho [...] nessas acções, não ha simplicidade,—há stoicismo e uma compreensão perfeita da vida moderna: que é uma guerra das competencias” (36).

Alice também demonstra pertencer a uma nova geração de mulheres pelo tratamento dado aos empregados do dr. Argemiro. Apesar de saber dos furtos de Feliciano, ela não usa da violência, mas da direção e vigilância. “Ela sabia tudo,” desabafa Feliciano, referindo-se aos “seus crimezinhos de infidelidade”; contudo, “nem uma palavra saíra de seus lábios” (115). Por outro lado, Alice designa a ele um lugar, de criado, que o mesmo resiste em aceitar: “tratava-o como um inferior, uma máquina de serviço, sempre necessitada de direção. Não fora para isso que ele aprendera a ler na mesma cartilha da sua antiga iaiá! [em referência à antiga patroa, esposa falecida de Argemiro]” (115). A educação que Feliciano recebe da falecida mulher e dos sogros é precisamente criticada por Argemiro,

que reconhece aí o germe da inveja e ambição do seu criado:

Realmente não há nada como a ignorância para certa gente. Meu sogro fez de um moleque humilde, um homem ruim... Se em vez de o mandar para a escola, com bolsa a tiracolo e sapatinhos de botões, o deixassem na modéstia da cozinha ou da estrebaria, ele não teria agora nem a revolta da sua cor nem a da sua posição...O que o torna mau é a inveja e a sua ignorância mal desbastada. (141)

Agora, o grande desafio para as elites da *Belle Époque* era justamente saber como “desbastar bem” a ignorância dos empregados, de modo que o “moleque humilde” não se transformasse em “um homem ruim.” Na passagem acima citada de *A intrusa*, “ruindade” significa sobretudo inveja, ou seja, o desejo (e a ameaça que esse desejo implica) de ocupar o lugar do patrão. Espécie de dândi negro, Feliciano se traveste de senhor da casa, roubando-lhe os melhores charutos e roupas. É com desgosto, por exemplo, que o viúvo Argemiro observa a vaidade e os bons modos de seu criado como na seguinte passagem:

Intolerável, o Feliciano, ao servir nessa tarde à mesa. Sem pronunciar uma única palavra e mais empertigado ainda que de costume nuns colarinhos que lhe roçavam as orelhas [...] Durante todo o jantar, desgostou-o a figura limpa e correta do negro, aproximando-se e afastando-se maciamente, conforme as exigências do serviço. (139)

Ao analisar os empregados domésticos de Júlia Lopes de Almeida propus-me a assinalar o tratamento ambíguo dado a esse tema pela autora. A meu ver, um signo conflitivo em sua obra, os domésticos são ao mesmo tempo inspiradores de respeito e medo, gratidão e intolerância. Daí talvez a preferência nos anos da *Belle Époque* pelos domésticos europeus, embora segundo Júlia Lopes de Almeida “só emigram das aldeias esfomeadas e de povoações do interior bandos de criaturas só habituadas ao plantio das vinhas ou à colheita do trigo” (65). Gostaria de concluir este ensaio com uma passagem da crônica “Por quê,” mencionada na introdução, passagem esta que a meu ver revela o conflito da autora com o tema dos criados. A certa altura de sua crônica Almeida escreve:

Eu sou das que têm mais pena e mais sympathia pela gente de serviço, do que ressentimento ou queixa, na convicção de que nem sempre servir seja mais agradável do que ser servida... Todavia não posso deixar de sorrir, ouvindo uma

amiga, que, lendo sobre o meu hombro as palavras que escrevo, exclama atrapalhando-me: “Pena? Sympathia?! Não és sincera!” Aqui ter uma criada é fazer jus a um cantinho do céu; ter duas, a um lugar nos “degrãos do throno em que fiquem, com o eterno sorriso, os eleitos entre os eleitos.” (63-64)

Descontente com o “torrão inculto” (metáfora que antes empregara para falar dos criados incultos) mas receosa de ter em casa uma “rosa fina” que ao mesmo tempo contivesse espinhos e veneno, a patroa Júlia Lopes de Almeida se contenta com a promessa de um “cantinho no céu” ou, melhor, “um lugar nos degrãos do throno” divino. Resta saber, porém, se não teria que dividir o seu cantinho celestial com a presença “insuportável” de suas criadas.

## Notas

<sup>1</sup> *Correio da Roça: romance epistolar* (1913) foi republicado em 1987 pela Presença Edições (Rio de Janeiro) e Instituto Nacional do Livro (Brasília); o romance *A intrusa* (1908) foi reeditado em 1994 pela Fundação Nacional do Livro, Dep. Nacional do Livro; finalmente, a Editora Mulheres reeditou *A viúva Simões* (1897) e *A falência* (1901), respectivamente em 1999 e 2003; encontra-se em fase de preparação para reedição, pela mesma Editora Mulheres, o romance *A família Medeiros* (1892).

<sup>2</sup> Lúcia Miguel Pereira, “Sorriso da sociedade,” *História da literatura brasileira: prosa de ficção, de 1870 a 1920* (Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988) 245-71. Sobre a fortuna crítica da obra de Júlia Lopes de Almeida, consultar Peggy Sharpe, “O caminho crítico d’*A viúva Simões*” (Prefácio à *A viúva Simões*) e Nadilza M. de B. Moreira, “Júlia Lopes de Almeida: a mulher, a escritora, a escrita,” *A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin* (João Pessoa: Ed. Universitária, 2003) 75-110.

<sup>3</sup> Para uma discussão mais ampla desse projeto modernizador, ver o já citado *A Tropical Belle Époque: Elite Culture and Society in Turn-of-Century Rio de Janeiro*, de Jeffrey Needell, e Nicolau Sevcenko, “A inserção compulsória do Brasil na *Belle Époque*,” *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 2ª ed. (São Paulo: Companhia das Letras, 2003) 24-77.

<sup>4</sup> Ver introdução de Lília Moritz Schwarcz ao manual *Código do bom-tom ou Regras de civilidade e de bem viver no século XIX*, do cônego J. I. Roquette, publicado em Portugal em 1845 (re-editado pela Companhia das Letras, 1997). Nessa introdução, Schwarcz fala do contexto de circulação e das especificidades dos guias de bom-tom, ou manuais de civilização, que passaram a circular amplamente na Europa a partir do século XIX. A meu ver, os manuais domésticos que também se popularizaram a partir da mesma época são um sub-gênero desses guias de bom-tom. Dentre alguns exemplos brasileiros, destaco: Sylvino Júnior, *A dona de casa: a mais útil publicação em portuguez*, ed. Domingos de Magalhães (Rio de Janeiro: 1894); e Vera A. Cleser, *O lar doméstico: conselhos para boa direção de uma casa*. 5ª ed. (Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., Paris: Aillaud, Alves & Cia., 1917).

### Obras Citadas

- Almeida, Júlia Lopes de. *A falência*. 2ª ed. São Paulo: Editora Huicitec, 1978.
- . *A intrusa*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1994.
- . *Livro das donas e donzellas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Cia, 1906.
- . *Livro das noivas*. 4ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Livraria Francisco Alves, Paulo de Azevedo e Cia., 1926.
- . *A viúva Simões*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.
- Costa, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Graham, Sandra Lauderdale. *House and Street: The Domestic World of Servants and Masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Austin: U of Texas P, 1992.
- Lopes, Maria Angélica Guimarães. “Júlia Lopes de Almeida e o trabalho feminino na burguesia.” *A coreografia do desejo: cem anos de ficção brasileira*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. 71-87.
- Needell, Jeffrey. *A Tropical Belle Époque: Elite Culture and Society in Turn-of-the-century Rio de Janeiro*. Cambridge: Cambridge UP, 1987.
- Pereira, Lúcia Miguel. “Sorriso da sociedade.” *História da literatura brasileira: prosa de ficção, de 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. 245-71.
- Sharpe, Peggy. “O caminho crítico d’*A viúva Simões*.” *A viúva Simões*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. 9-26.

Sonia Roncador is an Assistant Professor at the University of Texas at Austin. Her main areas of research are Brazilian literature and cultural studies, feminist theories, Latin American film and visual arts. Among her recent publications are: *Poéticas do empobrecimento: a escrita derradeira de Clarice* (Sao Paulo: Annablume, Selo Universidade series, 2002), “Nunca fomos tao engajadas: Style and Political Engagement in Contemporary Brazilian Women’s Writing.” In: *Disciplines on the Line: Feminist research interests on Spanish, Latin American, and U.S. Latina Women*. Anne J Cruz et al (ed) (Newark, DE: Juan de la Cuesta Press, 2003) and “Clarice Lispector Hides a ‘Screaming Object’: Notes on an Abandoned Project.” *Brasil/Brazil*. 25, Year 14 (2001).

E-mail: roncador@mail.utexas.edu